

ADMINISTRATIVA DA GUARNIÇÃO DE JOÃO PESSOA

Estudo Técnico Preliminar 1/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 64240.000025/2026-19

2. Descrição da necessidade

2.1. O 15º Batalhão de Infantaria Motorizado possui como requisito permanente de gestão da apresentação individual de sua tropa o cumprimento dos padrões de corte de cabelo e barba previstos no Regulamento de Uniformes do Exército. A disciplina de aparência militar não representa mera opção estética, mas elemento diretamente relacionado à hierarquia, à identidade institucional e às condições de higiene e segurança sanitária dentro do aquartelamento.

2.2. A Organização Militar conta com efetivo expressivo composto por oficiais, subtenentes e sargentos, cabos, soldados e alunos, do sexo masculino e feminino, todos submetidos às regras de apresentação padronizada. A inexistência, nas estruturas de pessoal da Guarnição, de cargo específico de barbeiro ou função orgânica capaz de absorver essa demanda torna inviável a execução direta do serviço pela Administração, nos termos do art. 48 da Lei nº 14.133/2021.

2.3. O serviço de corte de cabelo é necessidade mensal e continuada, decorrente de norma interna de caráter cogente, exigindo atendimento ágil, oportuno e dentro do próprio quartel, a fim de:

2.3.1. assegurar a prontidão administrativa e operacional dos militares;

2.3.2. evitar prejuízo de descontinuidade no cumprimento do padrão regulamentar;

2.3.3. reduzir deslocamentos para área externa, com economia de tempo ao serviço; e

2.3.4. garantir controle de acesso e segurança compatível com o aquartelamento.

2.4 Diante disso, a modelagem mais apta é a realização de cessão de uso onerosa de espaço para atividade de apoio de barbearia, vinculada ao batalhão, permitindo que profissional habilitado explore o local por sua conta e risco, com remuneração proveniente dos próprios usuários internos, cabendo à OM apenas a gestão patrimonial e a fiscalização da correta execução. Tal modelo revela-se o único capaz de conciliar o atendimento da necessidade institucional com a economicidade e a eficiência administrativa exigidas pela NLLC.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Chefe da Equipe de Planejamento da Contratação	DAVIDY DE AVILA JOÃO – 3ºSGT
Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação	PAULO HENRIQUE FERREIRA FELICIANO – 3ºSGT
Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação	JAMESON CARNEIRO DE LIMA FILHO – 3º SGT

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Em conformidade com o art. 18, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 e com as diretrizes de padronização expedidas pela AGU, os requisitos para a cessão de uso onerosa do espaço destinado à barbearia do 15º BI Mtz compreendem:

4.1.1. Natureza do serviço

- a. Prestação realizada como atividade de apoio, em caráter continuado, sem dedicação exclusiva de mão de obra custeada pela União;
- b. Exploração econômica do espaço por conta e risco do cessionário, com remuneração proveniente dos usuários internos; e
- c. Observância obrigatória dos padrões de corte de cabelo e barba definidos no art. 235, incisos I e III, §1º, do Regulamento de Uniformes do Exército – 3ª Edição, aplicáveis ao efetivo masculino e feminino.

4.1.2. Local de execução

- a. O serviço deverá ser executado exclusivamente na área cedida, com dimensão de 53,57 m², sendo vedada a realização de cortes em qualquer outro local do batalhão; e
- b. É proibido o compartilhamento da infraestrutura para público externo, preservando-se o controle e a segurança do aquartelamento.

4.1.3. Horário de funcionamento

a. Horário-base:

- Dias úteis, de segunda a quinta: 07:30–12:00 e 13:30–16:30; e
- Sexta-feira: 07:30–12:00;

b. Eventual extensão somente ocorrerá mediante:

- Comunicação prévia ao fiscal com antecedência mínima de 24 horas;
- Autorização expressa do Ordenador de Despesas ou do Fiscal Administrativo; e
- Vedação absoluta de alteração habitual de horários, admitindo-se apenas autorizações pontuais para situações extraordinárias.

c. Duração e condições contratuais:

- Prazo inicial do termo de cessão: 12 meses, com possibilidade de prorrogação até o limite de 10 anos, nos termos dos arts. 105 a 114 da Lei nº 14.133, desde que demonstrada a manutenção da vantajosidade, regularidade do pagamento da outorga e adequado aproveitamento do espaço; e
- O valor mínimo mensal de outorga será aquele definido em laudo técnico aprovado por engenheiro do 1º Gpt E.

d. Capacidade técnica do cessionário

- Apresentação de equipamentos próprios compatíveis com o atendimento do efetivo;
- Comprovação de qualificação profissional para cortes padrão militar; e
- Responsabilidade integral por insumos, limpeza, conservação, energia e água dimensionadas no processo.

e. Obrigações gerais

- Obrigações do cessionário e da Administração estarão descritas no Termo de Referência, observados os deveres compatíveis com o objeto; e

- O licitante deverá apresentar declaração de pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para a celebração do contrato

f. Restrições de finalidade:

- É vedado: realizar o corte em local diverso; sublocar o espaço; executar em horários distintos sem autorização; modificar o padrão de corte; utilizar a área para qualquer outra atividade.

5. Levantamento de Mercado

5.1. No âmbito dos estudos técnicos preliminares, foram realizadas consultas a modelagens de cessão de uso de espaços públicos para atividade de apoio de barbearia adotadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, com especial atenção a unidades militares que enfrentam demanda semelhante de atendimento a seu efetivo interno. A análise contemplou a verificação de editais recentes, termos de cessão, regulamentos de encargos do cessionário e práticas de fiscalização administrativa, com a finalidade de identificar critérios de vantajosidade ao usuário, preços sociais e mecanismos de preservação patrimonial compatíveis com a realidade do 15º BI Mtz.

5.2. As consultas tiveram como objetivos principais:

5.2.1 compreender o funcionamento do mercado de barbearia destinado a público interno, cuja remuneração ocorre de forma direta pelos próprios usuários, sem custeio de mão de obra pela União;

5.2.2 identificar requisitos mínimos usualmente exigidos para a exploração onerosa de espaços da União, tais como conservação do local, responsabilidade por insumos e observância das regras do aquartelamento;

5.2.3 verificar metodologias consolidadas de precificação do espaço público baseadas no Método Comparativo de Dados de Mercado e no Método da Renda; e

5.2.4 levantar inovações relativas a agendamento, controle de fluxo de atendimentos, higiene sanitária e segurança.

5.3. Constatou-se que, de forma predominante, a necessidade é tratada como atividade de apoio sem dedicação exclusiva de mão de obra, sendo a cessão de uso onerosa do espaço o instrumento apto para viabilizar a prestação do serviço dentro do quartel. O levantamento dos editais e contratos privados evidenciou que o mercado de João Pessoa pratica valores de corte de cabelo, padrão masculino, em média de R\$ 19,00 por atendimento, com faixa usual entre R\$ 19,00 e R\$ 30,00, parâmetro que permite aferir a sustentabilidade econômica da atividade ao cessionário e a proteção do interesse do militar enquanto usuário.

5.4. Foram identificadas boas práticas de gestão, sem restrição à competição, destacando-se:

5.4.1. execução do serviço exclusivamente na área cedida;

5.4.2. responsabilidade do cessionário por insumos, limpeza e pequenas manutenções;

5.4.3. adoção de critério de julgamento pelo menor preço ao usuário interno, mantendo preço fixo do espaço; e

5.4.4. vedação de desvio de finalidade.

5.5. Os aperfeiçoamentos identificados que se mostraram compatíveis foram incorporados à presente modelagem, especialmente quanto aos horários de funcionamento, encargos de conservação e mecanismos de fiscalização. Ressalte-se que o levantamento buscou amadurecer o planejamento, preservando a isonomia entre os licitantes e a liberdade econômica do futuro cessionário, observando-se as diretrizes da AGU.

5.6. A comissão conclui que o mercado possui número suficiente de profissionais aptos a explorar o espaço e a prestar cortes padrão militar, e que o valor privado de R\$ 19,00 é referência adequada para a disputa do pregão, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa sob a perspectiva do usuário interno e do adequado aproveitamento do patrimônio público.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução selecionada pela Administração Militar do 15º BI Mtz consiste na cessão de uso onerosa de parcela do imóvel da União, com área construída de 53,57 m², destinada à exploração de atividade de apoio de barbearia, cujo atendimento será voltado exclusivamente ao público interno de militares e alunos da Organização Militar. O modelo tem por finalidade viabilizar a prestação do serviço dentro do próprio aquartelamento, sem que haja qualquer desembolso de recursos públicos para custeio de pessoal.

6.2. O valor relativo à utilização do espaço público será previamente fixado pela Administração com base no Laudo de Avaliação nº 03/2025 – SPI/Cmdo 1º Gpt E, aprovado pelo Parecer Técnico nº 112/2025/SPI/1º Gpt E, que definiu a mensalidade mínima de outorga em R\$ 1.077,77 por mês, destes sendo R\$ 924,95 para a efetiva cessão da área e R\$ 152,82 a parte relativa aos custos com energia/água/esgoto. A competição do certame incidirá exclusivamente sobre o preço social do corte de cabelo a ser cobrado dos usuários internos.

6.3. Nesse arranjo, o cessionário assumirá integralmente os seguintes encargos:

6.3.1. fornecimento e manutenção de seus próprios equipamentos compatíveis com o atendimento da tropa (cadeiras, máquinas, espelhos, climatização e mobiliário);

6.3.2. aquisição, às suas expensas, de todos os insumos de corte e materiais de higiene;

6.3.3. limpeza e conservação ordinária da área cedida, observadas as regras sanitárias do batalhão; e

6.3.4. pagamento mensal e regular da contraprestação pela utilização do espaço, condição essencial para continuidade do termo.

6.4 À Administração Militar caberá:

6.4.1. gestão patrimonial do espaço público;

6.4.2. fiscalização administrativa e financeira do termo de cessão;

6.4.3. controle do acesso e da segurança do aquartelamento;

6.4.4. aplicação das sanções contratuais em caso de inadimplemento, cobrança de preço diferente do adjudicado ou desvio de finalidade.

6.5. O contrato poderá ser prorrogado mediante termo aditivo, desde que demonstrados:

6.5.1. manutenção da vantajosidade ao usuário interno pelo menor preço do corte;

6.5.2. regularidade do pagamento da outorga fixa; e

6.5.3. adequado aproveitamento e conservação do patrimônio.

6.6. Os resultados pretendidos com a solução abrangem:

6.6.1. cumprimento contínuo do padrão regulamentar de corte de cabelo e barba da tropa;

6.6.2. seleção da proposta que gere menor ônus financeiro ao militar;

6.6.3. valorização do patrimônio da União com pagamento regular da outorga; e

6.6.4. comodidade, higiene e economia de tempo ao serviço.

6.7. A presente solução estará integrada aos artefatos do processo, constituindo arranjo jurídico-administrativo completo para atendimento da necessidade institucional do 15º BI Mtz.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 A necessidade de cortes de cabelo e barbearia no 15º BI Mtz apresenta caráter continuado, permanente e periódico, decorrente de imposição regulamentar de apresentação individual e de higiene da tropa. Considerando que a Administração fixará previamente o preço do espaço público e submeterá à disputa apenas o menor valor do corte ao militar, o planejamento das quantidades buscou dimensionar a capacidade efetiva de atendimento do futuro cessionário dentro da área cedida.

7.1.1 A infraestrutura disponível comporta a existência de 01 (uma) cadeira operacional, de propriedade e responsabilidade do cessionário, para cada barbeiro que venha a atuar no local.

7.1.2 Com base no fluxo histórico de militares do batalhão e na metodologia constante do laudo técnico aprovado, cada cadeira possui capacidade média de 432 (quatrocentos e trinta e dois) cortes por mês.

7.1.3 O atendimento deverá ocorrer exclusivamente na área cedida, medindo 53,57 m², sendo vedada a execução em local diverso, circunstância que foi considerada para fins de fiscalização e gestão de riscos.

7.1.4 Diante desses parâmetros, projeta-se quantitativo de 432 atendimentos mensais, correspondentes a 5.184 cortes anuais, número compatível com o efetivo aproximado do 15º BI Mtz e com as rotinas de renovação do corte padrão a cada 30 dias. O dimensionamento não impõe número mínimo obrigatório de clientes, mas estimativa de capacidade para que os licitantes possam formular suas propostas com base em cenário realista.

7.2 Aspectos de competência administrativa

As Unidades do 15º BI Mtz (UASG 160174) e do 16º RC Mec (UASG 160172) tiveram suas autonomias administrativas cassadas em 31 DEZ 2022, em razão das Portarias SEF/C Ex nº 209 e nº 211, de 24 AGO 2022. Com a implantação da Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa – UASG 160175, compete a esta Base a gestão orçamentária e o processo de seleção do cessionário, integrando-se a necessidade do batalhão ao presente planejamento.

7.3 Condições para celebração: as quantidades estimadas foram aprovadas pelo Ordenador de Despesas como referência para o certame, devendo o adjudicatário apresentar declaração de pleno conhecimento das condições do espaço e do público interno, confirmando a disponibilidade de meios para atender ao quantitativo projetado, sem que tal exigência configure restrição à competição.

7.4 Salvaguardas: o modelo veda considerar quantitativo superior à capacidade do espaço ou autorizar cortes em local diverso da área cedida, preservando-se a finalidade pública do patrimônio e evitando-se qualquer desvio de cobrança de preço diferente do adjudicado.

7.5 Resultados do dimensionamento: o levantamento demonstra que a área possui viabilidade física para absorver a demanda regulamentar, permitindo que os licitantes disputem apenas o menor preço do corte de cabelo ao militar, elemento central de vantajosidade da contratação.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 19,00

8.1. O objeto do presente processo licitatório é a seleção de proposta mais vantajosa para a cessão de uso onerosa de parcela do imóvel da União, medindo 53,57 m², localizada no interior do 15º Batalhão de Infantaria Motorizado, destinada exclusivamente à exploração de atividade de apoio de barbearia para atendimento do público interno de militares e alunos da OM.

8.2. Valor da cessão previamente fixado: o valor mensal pela utilização do espaço público foi definido com base no Laudo de Avaliação nº 03/2025, elaborado pela SPI do 1º Grupamento de Engenharia e aprovado pelo Parecer Técnico nº 112/2025/SPI/1º Gpt E, resultando em valor mensal da cessão de uso: R\$ 1.077,77 (mil e setenta e sete reais e setenta e sete centavos), destes sendo R\$ 924,95 para a efetiva cessão da área e R\$ 152,82 a parte relativa aos custos com energia/água/esgoto.

8.3. Valor objeto de disputa no certame: a competição entre os licitantes incidirá exclusivamente sobre o preço do corte de cabelo, serviço privado a ser prestado em caráter continuado, devendo sagrar-se vencedor o fornecedor que oferecer o MENOR VALOR SOCIAL POR ATENDIMENTO ao militar, atualmente estimado em R\$ 19,00, conforme pesquisa de preços.

8.4. Prazo de vigência: o prazo inicial do termo de cessão será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 10 anos, nos termos dos arts. 105 a 114 e art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrados:

8.4.1. manutenção da vantajosidade ao usuário interno pelo menor preço do corte;

8.4.2. regularidade do pagamento da outorga fixa do espaço;

8.4.3. adequado estado de conservação e aproveitamento do patrimônio;

8.4.4. cumprimento dos padrões do RUE.

8.5. Competência do pagamento: a estimativa do valor da cessão refere-se apenas ao patrimônio público e não constitui obrigação financeira da Administração Militar, sendo todos os custos do serviço e dos encargos ordinários previstos no TR suportados pelo cessionário.

8.6 Registra-se que os campos relativos à estimativa de preços de bens e serviços da IN nº 73/2022/SEGES foram utilizados apenas para aferir o preço do corte de cabelo ao usuário, sem aplicação para precificação do espaço público, observando-se a isonomia e a liberdade de competição entre os licitantes.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O parcelamento do objeto é matéria pacificada no âmbito do Tribunal de Contas da União, especialmente conforme a Súmula nº 247-TCU, que orienta a preferência pela adjudicação por item nos casos em que o objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto da contratação nem perda de economia de escala.

9.2. Aplicando esse entendimento ao caso concreto, verifica-se que a solução pretendida refere-se à cessão de uso de um único espaço público do 15º BI Mtz para funcionamento de barbearia de apoio. Como há apenas um ambiente físico a ser disponibilizado e um único cessionário responsável por sua exploração e conservação, o objeto mostra-se tecnicamente indivisível sob a ótica da cessão, não sendo viável sua fragmentação entre diferentes fornecedores.

9.3. A eventual divisão da solução em parcelas ou a admissão de múltiplos cessionários no mesmo local acarretaria riscos relevantes e incompatíveis com o interesse do batalhão, tais como:

9.3.1. conflito quanto à responsabilidade patrimonial pelo espaço e seus custos;

9.3.2. dificuldades de controle de higiene, segurança e acesso ao aquartelamento; e

9.3.3. impossibilidade de fiscalizar de forma eficaz o preço do corte de cabelo adjudicado, que será o elemento variável do certame.

9.4. Ressalte-se que o modelo adotado não restringe a competição, pois todos os interessados poderão disputar o certame em igualdade de condições, sendo declarado fixo o valor mensal pela utilização do espaço — definido em laudo técnico aprovado — e submetendo-se à disputa apenas o menor preço social por atendimento ao militar.

9.5. O encargo assumido pelo cessionário compreenderá a execução do serviço exclusivamente na área cedida, com fornecimento de insumos e realização de pequenas manutenções ordinárias, garantindo a eficiência da solução como um todo e a preservação da finalidade pública do patrimônio.

9.6. Diante da análise realizada, conclui-se pela opção de NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO, devendo o objeto ser tratado como contratação única de cessão de uso para barbearia de apoio no 15º BI Mtz, por ser o arranjo mais adequado para:

9.6.1. assegurar o cumprimento contínuo do padrão regulamentar de aparência da tropa;

9.6.2. proporcionar menor ônus financeiro ao militar, critério central de vantajosidade;

9.6.3. garantir pagamento regular da outorga fixa e dos encargos do espaço; e

9.6.4. manter condições de conservação, isonomia e fiscalização eficaz.

9.7. Assim, o tratamento unitário do objeto preserva o conjunto da solução, evita riscos de gestão e atende plenamente às diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e ao entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há no âmbito desta Unidade Gerenciadora e das Unidades Gestora Participantes contratações correlatas e /ou interdependente com o objeto desta contratação e, dessa forma, não há risco de sobreposição.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A presente licitação não possui previsão expressa no Plano Anual de Contratações do exercício de 2025/2026, aprovado no âmbito desta Unidade, razão pela qual o campo correspondente deixou de ser preenchido no sistema ETP Digital.

11.2. Nada obstante, o planejamento conclui que a solução se encontra plenamente alinhada às diretrizes estratégicas da Organização Militar, especialmente ao Plano de Ação vinculado ao Objetivo Estratégico Organizacional – OEO nº 2, notadamente quanto à manutenção das condições de apresentação individual, higiene, bem-estar e prontidão da tropa.

11.3. O alinhamento é demonstrado, sob a perspectiva do interesse público, porque:

11.3.1 o serviço será remunerado diretamente pelos usuários internos, sem dedicação exclusiva de mão de obra e sem qualquer desembolso de recursos públicos pela Administração;

11.3.2 o valor mensal pela utilização do espaço público da barbearia foi previamente fixado em laudo técnico aprovado, não se submetendo à disputa nem a reequilíbrio; e

11.3.3 o modelo viabiliza atividade essencial de apoio ao 15º BI Mtz, garantindo preço social ao militar e adequada valorização do patrimônio da União.

11.4. Motivação superveniente para abertura do certame:

11.4.1. A licitação está sendo promovida somente no presente momento em razão do falecimento do antigo cessionário da barbearia, fato que extinguiu o contrato anterior e tornou o espaço vago e sem exploração, exigindo providência imediata da Administração para continuidade do atendimento ao efetivo interno.

11.4.2. Registra-se que o óbito do cessionário anterior — profissional autônomo que prestava cortes padrão militar — impediu a prorrogação do ajuste pretérito, constituindo evento imprevisível que justifica a ausência no PCA e a abertura extraordinária do processo, sem que tal circunstância represente criação de nova despesa, mas apenas nova seleção de fornecedor para encargo de interesse público.

11.5. Portanto, A implantação da solução por meio de cessão de uso onerosa com julgamento pelo menor preço do corte de cabelo ao militar assegura que a contratação permaneça em consonância ao planejamento estratégico do 15º BI Mtz, ainda que não prevista no PCA, atendendo aos princípios da eficiência, motivação, isonomia e adequado aproveitamento do patrimônio.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Considerando os princípios da eficiência, eficácia e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021, espera-se que a contratação por meio de cessão de uso onerosa do espaço da barbearia do 15º BI Mtz possibilite a consecução dos seguintes resultados:

12.1.1. Benefícios diretos:

a) Garantir a prestação de serviço continuado e unitário de corte de cabelo e barbearia destinado ao público interno de oficiais, subtenentes e sargentos, cabos, soldados e alunos, do sexo masculino e feminino, com padrão de corte conforme o art. 235, incisos I e III, §1º, do Regulamento de Uniformes do Exército – 3ª Edição, assegurando o cumprimento permanente do requisito regulamentar de aparência da tropa;

b) Proporcionar aos militares preço social acessível, estimado inicialmente em R\$ 19,00 por atendimento, evitando que o efetivo interno fique sujeito a valores elevados do mercado externo e garantindo igualdade de tratamento entre todos os usuários;

c) Assegurar prontidão e economia de tempo ao serviço, reduzindo deslocamentos, atrasos e dispensas para cortes fora do aquartelamento, com impacto positivo sobre as atividades operacionais e administrativas do batalhão; e

d) Valorizar o patrimônio público da União, mediante o pagamento fixo e regular da outorga do espaço, com encargo integral do cessionário por energia, água e esgoto.

12.1.2. Benefícios indiretos:

- a) Manter o espaço da barbearia em plena utilização, com conservação ordinária suportada pelo próprio cessionário e sem geração de custo para a Administração Militar;
- b) Preservar a imagem institucional do Exército perante a sociedade, ao possibilitar atendimento interno compatível com as regras de disciplina e higiene;
- c) Colaborar para a melhor alocação dos recursos públicos, pois o modelo dispensa qualquer custeio de mão de obra pela OM, concentrando a competição apenas no menor preço do corte de cabelo ao militar; e
- d) Estimular a participação de profissionais locais, fortalecendo o comércio de apoio da Guarnição de João Pessoa.

12.2. Restrição de mérito: todos os benefícios acima serão alcançados por meio de contratação única e não parcelada, com disputa pelo menor preço ao usuário interno, mantendo-se isonomia entre os licitantes e adequado controle do patrimônio.

12.3. Conclusão: a contratação revela-se apta a atender à necessidade essencial do 15º BI Mtz, garantindo continuidade do serviço de barbearia de apoio, vantajosidade ao militar enquanto usuário e valorização do espaço público, sem criação de nova despesa à Administração Militar.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para a solução em comento não há necessidade de adequação da estrutura ou da infraestrutura física para viabilizar a execução contratual.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Deverão ser seguidas as orientações constantes do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, elaborado pelo Núcleo Especializado em Sustentabilidade, Licitações e Contratos (NESLIC), integrante da Consultoria-Geral da União (CGU), da Advocacia-Geral da União (AGU).

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Após a realização dos Estudos Técnicos Preliminares, que contemplaram a análise da necessidade institucional do 15º Batalhão de Infantaria Motorizado, o levantamento de mercado, a avaliação patrimonial do espaço e a matriz de riscos, a comissão de planejamento DECLARA VIÁVEL a contratação nos termos propostos.

15.2. A viabilidade é fundamentada nos seguintes aspectos:

- a) o serviço de corte de cabelo e barbearia possui natureza continuada e cogente, decorrente do Regulamento de Uniformes do Exército;
- b) inexistente, nas estruturas de pessoal da Guarnição de João Pessoa, cargo ou função orgânica capaz de executar o serviço com meios próprios;
- c) o valor mensal pela utilização do espaço público foi previamente fixado com base no Laudo de Avaliação nº 03 /2025, aprovado pelo setor técnico, cabendo ao cessionário suportar todos os encargos ordinários;
- d) o modelo adotado submete à disputa apenas o menor preço social por atendimento ao militar, estimado em R\$ 19,00, critério que garante vantajosidade ao usuário interno e isonomia entre os licitantes;

e) a abertura do certame decorre de fato imprevisível e superveniente — o falecimento do antigo cessionário da barbearia — que extinguiu o contrato anterior e deixou o espaço vago, exigindo nova seleção de fornecedor, sem criação de nova despesa à Administração.

14.3. Conclui-se que a cessão de uso onerosa do espaço da barbearia do 15º BI Mtz, com encargo de interesse público e fiscalização pela Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa, é solução apta a assegurar continuidade do atendimento, padronização da aparência da tropa, economia de tempo ao serviço e proteção financeira do militar enquanto usuário.

14.4. Diante do exposto, recomenda-se o prosseguimento do processo licitatório, com celebração de contrato inicial de 12 meses, prorrogável até o limite de 10 anos, desde que mantida a vantajosidade ao usuário interno, regularidade do pagamento da outorga e adequada conservação do patrimônio, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e das diretrizes da AGU.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DAVIDY DE AVILA JOAO

Chefe da Equipe de Planejamento da Contratação

PAULO HENRIQUE FERREIRA FELICIANO

Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação

JAMESON CARNEIRO DE LIMA FILHO

Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação